

# Lavradores, vice-reis e as políticas de fomento econômico no Rio de Janeiro

colonial: o caso do anil

**Victor Luiz Alvares Oliveira**

*Doutorando em História UFRJ*

*Bolsista CAPES*

*victor.alvares@outlook.com*

## Resumo

O presente trabalho levanta algumas questões sobre as práticas de fomento econômico que a Coroa portuguesa buscou implementar entre a população colonial na segunda metade do século XVIII, tentando verificar algumas das reverberações destas medidas entre a população rural menos abastada, nomeadamente a dos lavradores que viviam nos arredores da cidade do Rio de Janeiro. Deste modo, é realizado um primeiro esforço de observação das políticas agrárias de cunho fomentista em sua dinâmica com a economia doméstica campesina, de forma a entender as tensões e consonâncias entre a política régia e o panorama econômico e social dos lavradores.

## Abstract

This paper raises some questions about the economic development practices that the Portuguese Crown sought to implement among the colonial population in the second half of the 18th century, trying to verify some of the reverberations of these measures among the less well-off rural population, namely the peasants who lived in the outskirts of the city of Rio de Janeiro. In this way, a first effort is made to observe the agricultural policy of the “developmentalists” in its dynamics with the peasant domestic economy, in order to understand the tensions and positive points between the royal policy and the economic and social panorama of the farmers.

**E**ste trabalho tem como principal objetivo analisar as políticas de fomento produtivo encetadas pela Coroa portuguesa no final do século XVIII e como elas dialogaram com a produção dos lavradores do Rio de Janeiro colonial, trabalhando especificamente com o caso do anil. Após o levantamento das principais posições historiográficas sobre o período, farei uso de relações, documentos e cartas deixadas pelos vice-reis do Rio de Janeiro, assim como de um mapa populacional e econômico realizado para algumas freguesias rurais do entorno da cidade em 1797, de forma a trabalhar com os princípios que regeram a atuação dos vice-reis no tema do fomentismo econômico e as possíveis reverberações dessa política régia entre a população rural.

## Discussão Bibliográfica

A segunda metade do século XVIII na Europa ocidental viu surgir uma série de questões para os Estados modernos. Ideias ilustradas no âmbito da organização política e econômica trazidas pelos ventos do iluminismo percorreram os reinos europeus produzindo diferentes resultados (Paquette, 2009). No que tange ao caso de Portugal e suas possessões, como a América portuguesa, tal momento foi visto por alguns estudiosos como um período no qual a Coroa buscou implementar mudanças administrativas que implicaram em algumas novidades na defesa e na exploração econômica das suas colônias. Sobre esse último aspecto, historiadores como Caio Prado Junior e depois Dauril Alden, enfatizaram o que seria um “renascimento agrícola” da colônia brasileira, quando os colonos voltaram novamente as suas atividades para a agricultura depois de passada a euforia e os efeitos da mineração do ouro na sociedade colonial. Nesse cenário, buscou-se aproveitar o desenvolvimento de novos produtos como o anil, o algodão e o café,

além da retomada do açúcar, que atingiam preços competitivos no final do século XVIII graças em boa parte a situações de caráter externo que acabaram por beneficiar a produção brasileira, como a saída da colônia de São Domingos do mercado de açúcar ou o desenvolvimento industrial inglês que aumentava a demanda por algodão (ver Alden (2004) e Prado Jr. (2011)). Com base em práticas ilustradas e inspiradas em exemplos de fisiocratas franceses, os agentes da Coroa portuguesa mobilizaram homens e incentivaram mesmo a formação de quadros de técnicos e estudiosos que os auxiliassem a colocar em prática os princípios de uma renovada política de fomento econômico, questão central para o restabelecimento das combalidas finanças públicas do reino em meados do século XVIII. Tratando sobre os fundamentos teóricos que inspiraram esta renovação, o historiador Arno Wehling resume com maestria os principais aspectos desta política fomentista:

A política fomentista denota, portanto, uma clara consciência dos principais problemas econômicos portugueses e das formas de solucioná-los, à luz do movimento intelectual da Ilustração e da atuação governamental tradicionalmente pragmática. A solução para o déficit da balança comercial e para a crise brasileira foi seu objetivo maior. As formas de que se revestiu, desde um mercantilismo rígido a Pombal, até a retomada da tendência pragmática tradicional com a Viradeira, foram essencialmente as mesmas, girando em torno de certos pré-requisitos econômicos (modernização da agricultura, melhora das comunicações, difusão de técnicas) e estímulos circunstanciais (isenção de direitos, proteção aduaneira, controle das fontes de matérias-primas, garantia de compra aos lavradores) (Wehling, 1977, 264)

Observada através de novas políticas que a Coroa buscava implementar para a diversificação econômica – não só através do incentivo a novos gêneros agrícolas mas também de novas

tecnologias que pudessem melhorar o processo produtivo – a noção de um “renascimento agrícola” teve sua origem delimitada principalmente através de fatores internos e externos, ou seja, como fruto de uma política ilustrada da Coroa e também de uma conjuntura específica externa que delimitou em parte os seus sucessos e fracassos. Muitos trabalhos que se voltam para esta temática enfatizam, com toda a razão, a importância das ideias de homens da ilustração como a base teórica do que se viria a realizar. A influência das obras de Diderot e Voltaire, como apontou Maria Odila Leite Dias (2009, 41), reforçaram entre os intelectuais luso-brasileiros o caráter prático das medidas a serem adotadas, confiando no progresso técnico e científico para a melhoria das condições materiais e de trabalho da população. Outros pesquisadores ressaltam também a circulação e o debate de diferentes teorias econômicas em Portugal do final do Antigo Regime, analisando suas influências nas atitudes do governo monárquico em encontrar uma saída para a crise financeira do período, como Wehling (1977) e Cardoso e Cunha (2011).

No entanto, acredito que em suas variadas análises os estudos que relacionam ilustração e o império português – especificamente na relação entre Portugal e a América portuguesa – ainda conferem pouca atenção à reverberação das políticas régias de fomento produtivo na sociedade colonial, uma vez que frequentemente o resultado das políticas ilustradas é visto como sendo muito pequeno ou mesmo irrelevante pois não representou uma mudança estrutural da sociedade ou das formas de produção, impossibilitando uma fatídica crise da ordem do Antigo Regime em Portugal e no Brasil (é o caso de Wehling (1977) e Novais (1984)). Portanto, quando nos perguntamos sobre a implementação e os resultados dessa política na América portuguesa, a historiografia ainda prioriza uma certa avalia-

ção macro, no sentido de asseverar sobre o seu sucesso ou fracasso com base no aumento da produção do gênero agrícola incentivado e a sua participação na balança comercial da colônia, ou mesmo sobre o seu ganho ou perda de importância no contexto do comércio com a Europa, ficando então as famílias de lavradores e a sua realidade econômica e social completamente aliada deste processo. Em outras palavras, pouco se procura entender como as intenções régias de fomento agrícola atingiram o meio produtivo rural e especialmente a economia doméstica dos camponeses. Existe ainda um vasto campo para se explorar, como alguns trabalhos mais recentes têm demonstrado (ver: Pesavento, 2013 e 2005).

Talvez justamente por muitos historiadores entenderem que os incentivos por parte da Coroa não permitiram uma mudança estrutural da produção agrícola, ou então que promoveram resultados passageiros e de pouca importância, que a reverberação da sua política entre a população rural não figure com destaque enquanto objeto de estudo. Não obstante, me parece que é muito pertinente se questionar sobre o grupo de lavradores em meio a política de fomento agrícola do final de setecentos, não só porque era uma política voltada principalmente para mobilizar os lavradores, mas também porque se trata de um período no qual a capitania do Rio de Janeiro demonstrava um dinamismo comercial cada vez mais pujante. Segundo Fragozo (2001), na passagem do século XVIII para o XIX, a praça comercial do Rio de Janeiro já consistia na principal do Atlântico sul português em termos comerciais, conseguindo acumular superávits com as praças de além mar com a qual estabelecia comércio. A resposta para este “enigma” que atentava contra o princípio da balança comercial favorável para a metrópole era encontrada, ainda segundo o mesmo autor, devido a algumas características da sociedade e economia de então:

Para responder a esta pergunta deve-se considerar que, ao lado dos senhores das plantations, existiam os criadores de porcos, as charqueadas, as fazendas de pecuária bovina, os produtores de mandioca, entre outros produtores para o abastecimento interno, disseminados por Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul etc. Isto é, uma multidão de produtores que, apesar de não venderem mercadorias para os portos europeus, produziam riquezas e com elas compravam fazendas européias, da Índia, escravos africanos, etc. As pessoas que adquiriam esses produtos e cativos, evidentemente, não o faziam vendendo fubá ou toucinho, através de Lisboa, para Londres ou Hamburgo, mas sim por meio de moedas conseguidas antes com a alienação daquele fubá ou mulas nos vários mercados regionais da América portuguesa. Portanto, se trabalhamos com as “contas internacionais” da colônia percebe-se que ela era mais que uma plantation exportadora, e era isto que lhe permitia pagar suas “dívidas externas” (Fragoso, 2001, 336).

Nesse sentido, tanto Fragoso como outros autores vêm enfatizando o estudo das dinâmicas internas da economia e da sociedade como a principal chave interpretativa para se entender o Brasil Colônia (Fragoso, Bicalho, Gouvêa, 2001). Essa posição vai de encontro a outras interpretações importantes, a exemplo de autores como Fernando Novais, que acreditam na configuração social e econômica do Brasil colonial como reflexo principalmente da sua inserção no processo de acumulação primitiva de capitais na Europa, sendo o lucro excedente da economia colonial direcionado para Portugal por meio do monopólio comercial da metrópole (Novais, 1983).

Acredito que se por um lado a ideia de um “renascimento agrícola” foi cunhada com bastante foco em aspectos externos tais como a melhoria do preço dos gêneros agrícolas brasileiros no mercado europeu, não se pode perder de vista também a dinâmica social e econômica

interna que já vinha em curso, que no caso do Rio de Janeiro dava mostras de uma agricultura de abastecimento de relevância desde o início do século XVIII. Os crescentes mercados consumidores do sudeste colonial foram potencializados pelo ouro e o grande fluxo de migrantes que o metal precioso atraía. Essa perspectiva incita alguns autores a contestarem a ideia de um “renascimento agrícola” no caso do Rio de Janeiro, defendendo que este setor não havia perdido seu dinamismo e potencialidade em épocas anteriores ao final do setecentos, como argumenta Sampaio (2003). Deste modo, é necessário lembrar que as políticas de fomento econômico da Coroa em finais do setecentos não chegavam necessariamente em um meio rural marcado pela “terra arrasada”, o que implica reconhecer que a produção das famílias de lavradores de pequena e média capacidade já vinham apresentando indícios de um certo dinamismo calcado na economia de abastecimento ou mesmo envolvida no comércio atlântico de africanos, como demonstram o caso da farinha de mandioca e da aguardente, importantes produtos exportados do Rio de Janeiro para a aquisição de cativos no decorrer do século XVIII e princípios do XIX <sup>1</sup>.

Tendo em vista esse cenário, fica a pergunta: como se desenvolveram os incentivos à produção entre a população rural da América portuguesa? A documentação deixada pelos vice-reis do Estado do Brasil em finais do século XVIII é imprescindível para visualizarmos uma parte deste processo de fomento econômico na colônia. Vejamos o que alguns deles pensaram quando trataram dos lavradores das cercanias da cidade do Rio de Janeiro.

## Os vice-reis e o fomento econômico do Rio de Janeiro

Em 1763 a cidade do Rio de Janeiro

<sup>1</sup> Sobre a produção e a presença da cachaça e da farinha no tráfico atlântico de africanos, ver os trabalhos de Ferreira (2001) e Bezerra (2011).

passa a ser a capital do Estado do Brasil, mudança que representava a crescente importância econômica da cidade como porto de escoação do ouro e de entrada de cativos africanos. Com a mudança, o desenvolvimento do entorno rural da cidade, tradicionalmente ligado com a produção do açúcar, passa a ser objeto de maior atenção por parte dos vice-reis. Dentre eles, um dos que mais se debruçou sobre este assunto foi Luís de Almeida Portugal, o segundo Marquês de Lavradio, que passou a governar no Rio de Janeiro a partir de 1769. A instrução que deixou para seu sucessor dez anos depois constitui um importante documento onde é possível ter ideia de algumas medidas de fomento econômico que buscou implementar, especialmente o incentivo para gêneros agrícolas que não estavam na pauta tradicional da exportação do Rio de Janeiro. Um deles foi o arroz, no qual o vice-rei relata os limites das suas possibilidades de incentivo:

Promovi do modo que pude a lavoura do arroz; e como eu não tinha com que ajudar aos lavradores, nem aos fabricantes, interessei-me com alguns negociantes, fazendo-lhes muitas festas e distinções, para que eles quisessem auxiliar aos que tinham fábricas, afim de que eles pudessem animar aos lavradores<sup>2</sup> (Portugal, 1843, p. 468).

Se para o arroz Lavradio se queixava dos obstáculos, no caso do índigo, corante que era extraído de plantas para fins de tingimento, ele demonstrou maiores esforços. O grande problema que se apresentou para esse gênero era fazer com que agricultores e mercadores estivessem dispostos a produzir e comercializar um produto que não era nem um pouco tradicional, apesar de haver em bastante quantidade a planta para sua extração e o mercado para o corante fosse certo nas fábricas têxteis da Europa. O método inicial foi ao que parece brusco, com o vice-rei afirmando que obrigou à força que alguns lavradores

<sup>2</sup> Para facilitar a leitura atualizei o português do original em todas as citações.

plantassem o índigo assim como a outras pessoas que fabricassem o anil. Entretanto, a desconfiança e os baixos preços pelos quais os mercadores queriam comprá-lo não interessava aos produtores, deste modo o vice-rei propôs uma prática mais incisiva por parte da Coroa:

Pus na presença da nossa Corte este negócio (do anil), e merecendo a Real aprovação de S. M. o que tive a honra de representar a este respeito, foi o mesmo Senhor servido mandar examinar a qualidade do anil, e dividindo-o em três classes, estabelecer os preços que cada uma daquelas classes merecia, ordenando-se-me que eu tomasse todo pela Fazenda Real, e que por esta fosse pago, segundo os preços estabelecidos, com proibição de que ninguém mais o pudesse comprar (Portugal, 1843, 468).

A Fazenda Real passa a monopolizar a compra do anil do Rio de Janeiro, obtendo-o por preços tabelados. A princípio ordenou o vice-rei que a Fazenda Real comprasse o anil de primeira qualidade por mil réis, o de segunda por novecentos réis e o de terceira por oitocentos réis (Pesavento, 2005b,27). Porém, depois de incentivada a produção por este modo, o marquês permitiu que os produtores vendessem também para os negociantes interessados, o que em alguns casos rendeu aos lavradores preços ainda mais em conta do que os oferecidos pela Fazenda Real. Deste exemplo, o vice-rei extrai a seguinte conclusão:

Este é o último meio de se poderem aumentar os gêneros e o comércio nestas conquistas: todas as vezes que os Soberanos não animarem os lavradores, e não lhes fizerem certo o prêmio de seu trabalho, não será possível conseguir coisa alguma (Portugal, 1843, 470).

O gênio do marquês de Lavradio empregava os limitados meios que dispunha para colocar em prática o que um pouco mais tarde, em 1789, o abade José Francisco Correia da Serra iria defender ao realizar um discurso na Real

Academia de Ciências de Lisboa. Como um importante intelectual identificado com os valores ilustrados do final do século XVIII em Portugal, não deixou de tratar em seu discurso das necessidades e dos meios para superar a crise econômica portuguesa:

Dar providências, remover obstáculos, extirpar abusos, compete somente aos ministros do poder soberano; influir com grandes exemplos, intentar grandes estabelecimentos, cabe só na força dos grandes proprietários; propagar as luzes, que para este fim lhe subministra a natureza de seus estudos, é tudo quanto podem e devem fazer as corporações literárias (Serra, 1990,7).

As academias literárias, em Portugal e na América portuguesa, foram importantes núcleos de formação das ideias de modernização da agricultura, tendo inclusive participantes que mais tarde ingressariam nos aparatos do governo régio, como D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que integrou os debates em torno das causas do atraso econômico de Portugal na Real Academia de Ciências de Lisboa (Wehling, 1977, 195-196). Portanto, a prática do Marquês de Lavradio só evidenciava a sua afinidade com algumas das ideias em discussão na sua época, procurando ao seu modo remover obstáculos e criar oportunidades para que prosperasse a diversidade de culturas que a Coroa procurava desde ao menos a década de 1750, quando as primeiras ordens referentes a isso foram enviadas para os governadores do Rio de Janeiro (Sampaio, 2014, 324).

O caso do anil acabou por se comprovar como um grande sucesso, em parte devido a atuação do Marquês de Lavradio, mas também ao incentivo e acompanhamento técnico de Jerônimo Vieira Abreu. Ele se envolvia com uma série de inventos nas fábricas de descascar arroz e também disseminou entre os lavradores a produção do anil, elaborando uma instrução para

eles das melhores técnicas de extração do corante. Além disso, compôs a mesa de inspeção do Rio de Janeiro que averiguava a qualidade dos gêneros produzidos (Cavalcanti, 2004, 86; Pesavento, 2013,77).

Apesar disso, houve limites claros ao incentivo régio junto aos produtores de anil, sendo o principal deles o constante déficit que havia na Fazenda Real. Por este motivo que o Marquês de Lavradio liberou os produtores para venderem aos mercadores interessados, temendo que o erário régio não suportasse todo o volume apresentado, como por fim acabou por acontecer (Portugal, 1848, p. 470). Dez anos depois, em 1789, o vice-rei sucessor de Lavradio, Luís de Vasconcelos e Sousa, reclamava dos mesmos problemas ao também elaborar um relatório que deixou para o seu sucessor. Segundo suas palavras:

Os importantes objetos de anil e cochonilha, que nela se tem principiado e estabelecido, tem promovido grandes vantagens para este Estado, as quais seriam ainda maiores, se não fossem sujeitos a muitos inconvenientes, que se não tem feito perder de todo o seu progresso, tem em muita parte concorrido para se não promoverem com mais força e indústria, estes importantes ramos do comércio (...). Logo que o anil principiou a aumentar-se pelo meio mais próprio de o receber a Fazenda Real e de ser prontamente pago na forma da Ordem de Sua Majestade, expedida pelo seu Real Erário à Junta da Fazenda desta Capital, na data de 13 de agosto de 1773, veio em breve tempo a experimentar uma notável decadência pela falta do pronto pagamento até ao ponto de se deitarem abaixo algumas fábricas e de se abandonar quase de todo esta cultura: foi contudo necessário restabelecê-la outra vez por meio de novos editais, que fiz publicar no ano de 1779, facilitando a execução da dita ordem, que sendo já antes deste tempo, quando não impossível, sumamente dificultosa (...) Animados contudo os fabricantes com estas novas promessas, entraram outra vez a levantar novas fábricas, que

se foram aumentando, enquanto se lhes verificou o pagamento à vista, de modo que até o ano de 1847 [?] existiam 406 fábricas em diversos distritos (Sousa, 1789, 188).

Mesmo com o esforço do novo vice-rei, que reconhecia a importância desta política e inclusive deu continuidade a ela procurando utilizar o mesmo modelo em outras produções (como a da cochonilha, para extração do corante vermelho), a realidade dos cofres lhe impediu de levá-la adiante. Foi obrigado a suspender o pagamento “na triste conjuntura de se estar devendo aos fabricantes [de anil] a soma de 24:544\$150 rs., como mostra a relação junta ao ofício para a Corte, com data de 22 de maio de 1786” (Sousa, 1789, p.190). Entretanto, as possibilidades de produção e comercialização do anil brasileiro mostraram-se pujantes, encontrando na década de 1790 uma grande aceitação no mercado externo. O anil da América portuguesa acabou beneficiado pelo crescimento da indústria têxtil inglesa e francesa e também pelo panorama internacional que desestabilizou a produção no Caribe. Foi somente com o incentivo inglês da produção do anil indiano a partir de 1799 que o produto brasileiro encontrou franca decadência (Wehling, 1977, 249). Apesar disso, estudos recentes apontam que mesmo com a irregularidade do pagamento da Fazenda Real, o incentivo inicial ao anil acabou por movimentar um comércio próspero entre o Rio de Janeiro e as praças comerciais portuguesas até pelo menos os primeiros anos do século XIX, motivado muitas vezes por outros mercados além do inglês como o de Hamburgo, mostrando que a fabricação do índigo continuou por um curto momento como uma opção interessante para quem se dispusesse ao seu preparo (Pesavento, 2005a, 221-222).

Mas quem realizou tal empreendimento? Se as relações dos vice-reis nos permitem traçar um pequeno balanço das políticas régias de di-

versificação produtiva, por outro lado são pobres quando se tratam de conhecer os lavradores que elas tanto queriam estimular. Na verdade, a imagem que fica a partir destes documentos é de uma população que sem estímulos por parte do poder central ficaria letargicamente na sua tradicional produção, incapaz ou mesmo desinteressada em qualquer cultivo novo. Fica transparente esta percepção quando o vice-rei Luís de Vasconcelos trata das produções da cochonilha e do café na Ilha de Santa Catarina:

Tem porém produzido conhecidas vantagens a cultura da cochonilha, que sendo desconhecida e odiosa aos povoadores daqueles distritos (Santa Catarina), foi promovida pela indústria e cuidado do dito governador, que com o seu próprio exemplo fez animar aos que repugnavam principiá-la, por mais diligência que antecedentemente se tinha feito para os reduzir, depois de se conhecer a propriedade daqueles terrenos para a mesma cultura. Serviu, contudo de maior estímulo o pronto pagamento de toda a que se apresentava naquela provedoria para onde até aqui tenho feito todo o esforço para se remeter o produto do suprimento, que ali se adiantava, de modo que se não ficar suspenso o pagamento é bem de esperar que vão em tanto estas produções, que serão precisas maiores providências para a compra e saída deste gênero. (...) O que me parece não virá a acontecer com o café, que o mesmo governador fez estabelecer naqueles distritos, pelo consumo e extração que tem este gênero para muitas partes da Europa, sendo tal até agora a falta de indústria daqueles miseráveis colonos, que conhecendo há muito tempo a utilidade deste ramo de comércio, nem por isso se aplicavam a ele, contentando-se com a única lavoura da mandioca em que unicamente se empregavam, e de que apenas podiam tirar o pequeno interesse de uma fraca e muita escassa subsistência (Sousa, 1789, 197-198, grifo feito por mim).

Observa-se que uma das vantagens que parece ser a principal para os produtores é

o pronto pagamento da produção oferecida, o que poderia ser o diferencial da política régia em comparação com a venda para outros negociantes que poderiam pagar só quando a carga fosse vendida em Portugal. Entretanto, ainda assim Luís de Vasconcelos credita a falta do sucesso da diversificação – através do exemplo do café – devido ao baixo interesse dos lavradores que se contentariam com uma produção de subsistência. Ele não foi o único a identificar problemas no meio rural, o seu sucessor, José Luís de Castro, o Conde de Resende, voltaria a expor queixas semelhantes em 1797 ao trocar missivas com os capitães dos distritos do Rio de Janeiro:

Para se desfrutarem as vantagens deste Estado [do Brasil] e remediarem em parte a sua decadência, é necessário conhecê-las, e discorrer no modo de fazer a cada uma delas o benefício possível: estes dois pontos só poderão conseguir-se encarregando a sujeitos inteligentes, ativos, e zelosos, que visitando todos os Distritos desta Capitania, façam neles as observações que adiante se dirão. Os assuntos, que se hão de considerar são todos os que necessitam de adiantamento, os quais neste Estado são muitos, e muito grandes, pois a qualquer parte, a que se voltem os olhos se veem terras as mais ricas, sem habitantes; as habitadas, sem cultura; e as cultivadas, sem terem estimação os seus efeitos, não por faltas de colheitas, e consumo, mas pela pouca indústria, e frouxidão, ainda naqueles objetos, que sendo animados a proporção das vantagens que ofereçam, pagariam generosamente todo o trabalho que no princípio de um acertado estabelecimento se sofresse milhares de homens, e mulheres engolfados na ociosidade, na miséria (BNRJ, 5, 3, 2).

O vice-rei Conde de Resende confiou em alguns capitães dos distritos milicianos da capitania para formular informações e propostas para desenvolver a agricultura, incentivando, ainda segundo o mesmo documento, que os capitães fossem agentes ativos na disseminação de técnicas e da modernização agrária entre os

lavradores:

Podendo se reduzir todos estes diferentes assuntos a os fundamentais de Povoação, Agricultura, Comércio, Indústria, e uma boa Polícia e o meio de promovê-los será o objeto da visita para a qual nomeio a Vossa Mercê, cuja servirá de preparatório o fundamento as operações grandes, que (suecofeivamente) se poderão empreender, introduzindo em todo o gênero, e em todas as partes o conhecimento prático do melhor, que se pode discorrer em cada um dos pontos referidos, reconhecendo as coisas com a maior solidez, a prolixidade, examinando tudo que se pode fazer cômodo de executar, comunicando aos Povos, e particulares as luzes necessárias, para que eles por suas mãos possam adiantar os seus próprios interesses, dando-lhes a conhecer os prodigiosos meios que tem, ainda não os desfrutando (BNRJ, 5, 3, 2).

Deste modo o vice-rei apresentava uma proposta de certa forma diferente da imaginada pelo secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos da sua época, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. O secretário acreditava que a disseminação das “luzes” pelos sertões da América portuguesa poderia se dar também através de livros e folhetos acerca das modernas técnicas de cultivo ou de instruções sobre o plantio de novos gêneros agrícolas. Em São Paulo os livros ficaram por vender aos agricultores sem grandes sucessos, até chegarem ao ponto de serem distribuídos de graça, porém ainda assim com poucos resultados (Dias, 2009, 58-61). Em 1798 a câmara municipal do Rio de Janeiro acusou ao reino o recebimento das obras *O Fazendeiro do Brasil*, uma série de livros escritos por José Mariano da Conceição descrevendo técnicas de cultivo de diversos gêneros, os quais foram:

...para se venderem a dez tostões cada um e entregar-se ao oficial maior da Secretaria de Estado José Pereira Leão para indenizar a

Real Fazenda, teve o Senado a satisfação de lhes dar pronta saída, e a dizer o quanto este povo é suscetível das luzes que Sua Majestade é servida comunicar-lhe (ANRJ, Caixa 500, pacote 1, 1798).

Apesar do entusiasmo das palavras da Câmara, é difícil aferir em que medida a população das freguesias rurais estava aberta às “luzes que Sua Majestade é servida comunicar-lhe”. O fato é que da documentação que nos chegou dos vice-reis a perspectiva era francamente negativa e constantemente pedia intervenções mais diretas por parte do governo de forma a estimular e alterar o panorama rural. Neste caso, me parece pertinente questionar sobre a natureza do choque entre a vontade régia que defendia uma produção agrícola cada vez mais pautada pelos emblemas da racionalidade e da produtividade com os interesses e aspirações dos próprios lavradores. Ou seja, se até então partimos das missivas e julgamentos das autoridades régias sobre o meio rural, é necessário agora dar voz aos lavradores para compreender melhor a dinâmica que era buscada e a qual efetivamente se conseguiu para a produção agrícola em finais do século XVIII. Para isso, é necessário analisar melhor essa população de lavradores do Rio de Janeiro colonial.

## **Agricultores e produtores de anil nas paróquias rurais do Rio de Janeiro**

Como adentrar na economia doméstica dos lavradores do final do setecentos? Esta pergunta nos leva invariavelmente para a decifração da lógica da economia camponesa. Segundo a teoria clássica de Alexander Chayanov sobre o tema, o lavrador e sua família estavam dispostos a produzir sem uma lógica de acumulação, geralmente tendo como norte a satisfação das necessidades de consumo de todos os seus integrantes, que compunham ao mesmo tempo a unidade de trabalho e de consumo familiar (Chayanov,

1966). A tese de Chayanov, entretanto, não deve ser aplicada ao universo colonial brasileiro de forma irresponsável, especialmente por estarmos a falar de uma sociedade escravista que conferia outras características à economia do lavrador livre e sua família<sup>3</sup>. Apesar disso, sublinho aqui a busca por uma otimização produtiva que, para além do modo de produção capitalista, era uma característica que se identificava igualmente com a lógica do lavrador na busca pelos melhores cultivos e oportunidades. Ou seja, mesmo que não houvesse uma preocupação em intensificar a produção em busca de uma acumulação cada vez maior, isso não impediu que o lavrador buscasse formas eficientes para alcançar o produto necessário para o seu sustento (Chayanov, 1925, 108-109).

Outro ponto a sublinhar é a questão da minimização dos riscos trazida por Michael Lipton. Este economista britânico estudou comunidades de camponeses em regiões subdesenvolvidas como a Índia, extraíndo de suas pesquisas a ideia de aversão ao risco como a principal característica da agricultura do camponês tradicional. Uma série de questões impunham grandes limitações e riscos na busca pela dinamização produtiva do lavrador tradicional, tais como: a presença de um mercado imperfeito; de limitações técnicas no cultivo; da imprevisibilidade do clima e sua repercussão na lavoura, assim como outros fatores que transformavam a atividade agrícola em um negócio arriscado para quem dependia dela para sobreviver. Portanto, em vista de garantir a subsistência de sua família, a dimi-

*3 Penso que o elemento escravista na produção camponesa poderia representar um acréscimo na produção sem significar necessariamente em um crescimento, na mesma proporção, da demanda por consumo da família. Uma vez que o escravizado encontrava-se, a princípio, em situação hierarquicamente inferior no grupo familiar do qual fazia parte, suas demandas poderiam ser reduzidas pelos senhores somente ao consumo de sua subsistência, que inclusive não precisava necessariamente ser a mesma que a de outros membros livres da família. Portanto, mesmo as famílias camponesas que contavam com poucos escravizados em suas unidades domésticas, poderiam conseguir um aumento da produtividade que Chayanov não previu, modificando algumas das suas ideias como o ciclo demográfico produtivo familiar. Ver Chayanov, 1925, p.56-59.*

nuição dos riscos era o principal fator a moldar suas opções econômicas (Lipton, 1968, p. 330-332). Como muitas das características levantadas por Lipton no âmbito do universo rural de países subdesenvolvidos encontram eco na realidade dos lavradores do período colonial, acredito que sua teoria em torno da aversão ao risco é um referencial importante ao se estudar os agricultores do Rio de Janeiro em finais do setecentos.

Levando em consideração as questões levantadas acima, caberia, portanto, a pergunta: quais eram as principais características e necessidades que as famílias de lavradores de anil apresentavam no final do século XVIII? A tarefa é das mais difíceis pois na maioria das vezes nos faltam subsídios que permitam explorar a produção, os modos de trabalho e o comércio no qual estas famílias se envolveram. No entanto, a própria vontade dos vice-reis de conhecer e interferir no meio rural acabou nos legando alguns documentos que permitem vislumbrar brechas da vida econômica campesina. Tratam-se dos pedidos do vice-rei Conde de Resende aos capitães dos distritos para que elaborassem relatórios das freguesias e relações da sua população e agricultura. Um deles chegou até nós, o relatório do distrito de Guaratiba feito em 1797, que englobava algumas freguesias do entorno da antiga urbe colonial do Rio de Janeiro, tais como Guaratiba, Campo Grande, Jacarepaguá, Marapicu, Jacutinga, Iguazu e Itaguaí (AHU, Mapas descritivos...,1797). A realização do documento coube a Sebastião José Guerreiro França e nele é possível encontrar o número de famílias e sua composição (a quantidade de filhos, pessoas es-

cravizadas e os agregados de cada uma), o que produziam, quanto exportavam e quanto lucraram no ano com o comércio. Tomados alguns destes dados para três freguesias selecionadas,

**Tabela 1 – Resumo de algumas informações dos mapas do Distrito de Guaratiba, 1797**

	Engenhos	Fogos	População	Pop. Livre		Pop. Escrava	
<b>Campo Grande</b>	15	357	3.565	1.561	43,7%	2.004	56,2%
<b>Jacarepaguá</b>	8	252	2.283	987	43,2%	1.296	56,7%
<b>Guaratiba</b>	7	324	3.019	1.338	44,3%	1.681	55,6%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>930</b>	<b>8.867</b>	<b>3.886</b>	<b>43,8%</b>	<b>4.981</b>	<b>56,1%</b>

para as quais já disponho de dados mais avançados, foi possível construir a tabela abaixo:

*Fonte: AHU, Mapas descritivos...,1797.*

As paróquias relacionadas na tabela 1 eram velhas produtoras de açúcar no Rio de Janeiro, algumas delas contando com engenhos desde o século XVI, a exemplo de Jacarepaguá. Isso é um dos fatores que explica a grande presença de cativos, que ultrapassavam a metade da população nas três paróquias. Apesar disso, a região não ficou marcada exclusivamente pela cana de açúcar. Os mapas das freguesias demonstram que muitas famílias de lavradores produziam mais do que simplesmente o açúcar ou a aguardente, pois foram avaliadas também produções de arroz, feijão, milho, farinha, café e anil. As famílias que declararam produzir o anil serão o foco principal da análise.

Nas três paróquias não foram muitas as famílias de lavradores que assim fizeram: em Campo Grande 31 famílias plantaram sementes de anil (8,68% dos 357 fogos da paróquia), em Guaratiba foram 38 (11,73% de 324 fogos) enquanto que em Jacarepaguá somente 1 família se interessou. Temos, portanto, poucos domicílios que apostaram na produção do anil naquele ano. Juntamente com os mapas das freguesias,

o vice-rei encomendou também um relatório por escrito. Nele, Sebastião José Guerreiro aproveitou para expor as razões para essa baixa adesão, contando o seguinte:

A plantação de anil principiou a estender-se com frouxidão no governo do Excelentíssimo Senhor Marquês de Lavradio e chegou a um ponto florescente governando o Estado o Excelentíssimo Senhor Luís de Vasconcelos (...) Finalmente, esta erva entrou a morrer apesar da teima dos lavradores / alguns ficaram perdidos / que se viram na dura necessidade de abandonar uma plantação tão lucrativa e de tão doce exportação e extração, depois de esgotarem todos os meios para remediar semelhante mal, sem contudo se poder descobrir a causa física dele. Sobre este artigo se não podem dar providências positivas, por que logo que os lavradores conhecerem por alguma experiência / que de quando em quando vão fazendo / que esta planta começa a reproduzir, eles a propagarão voluntariamente quanto puderem, pelas grandes e conhecidas vantagens que daqui resulta aos seus inte-

ses (IEB, AL-022-002).

Além do relato de Sebastião evidenciar algum tipo de peste agrícola pela qual a plantação do anil passava, o ponto mais interessante é justamente a ressalva que ele faz quanto às medidas dos agricultores, que demonstravam um interesse contínuo na produção ao ponto de praticarem experiências que pudessem reverter a situação de crise, evidenciando assim um quadro diferente dos lavradores letárgicos que os vice-reis tanto pintavam em seus escritos. Talvez fossem os frutos da política de incentivo iniciada pelo marquês de Lavradio, assegurando uma liquidez certa do produto que ficou na memória dos agricultores pelas suas “grandes e conhecidas vantagens”, segundo escreve o próprio Sebastião.

Outro aspecto importante a se levar em consideração é a produção agrícola em geral daquelas famílias, uma vez que elas não produziram somente o anil. Reunindo as informações sobre a

**Tabela 2 – Produção e exportação dos 31 produtores de anil de Campo Grande**

	Arrobas de Açúcar	Alqueires de Farinha	Alqueires de Feijão	Alqueires de Milho	Alqueires de Arroz	Libras de Café	Libras de Anil
Quanto Produz	374,5	771,5	200	117	117	51	512
Quanto Exporta	362	19	9	1	10	51	494
% do exportado sobre o produzido	96,79%	2,46%	4,9%	0,85%	8,55%	100%	96,48%

Fonte: AHU, Mapas descritivos...,1797.

r e s -

**Tabela 3 – Produção e exportação dos 38 produtores de anil de Guaratiba**

	Arrobas de Açúcar	Alqueires de Farinha	Alqueires de Feijão	Alqueires de Milho	Alqueires de Arroz	Libras de Café	Libras de Anil
Quanto Produz	141	1.669	449	118	84	110	1.189
Quanto Exporta	141	63	168	14	10	110	1.189
% do exportado sobre o produzido	100%	5,39%	37,42%	11,86%	11,9%	100%	100%

Fonte: AHU, Mapas descritivos...,1797.

**Tabela 4 – Produção e exportação do único produtor de anil de Jacarepaguá**

	Arrobas de Açúcar	Alqueires de Farinha	Alqueires de Feijão	Alqueires de Milho	Alqueires de Arroz	Libras de Café	Libras de Anil
Quanto Produz	0	40	10	11	8	290	256
Quanto Exporta	0	20	4	5	4	290	256
% do exportado sobre o produzido	0%	50%	40%	45,45%	50%	100%	100%

Fonte: AHU, Mapas descritivos...,1797.

mercantilização expostas pelo mapa de 1797, foi possível montar os quadros abaixo:

Tomando os casos das paróquias de Campo Grande e Guaratiba, para as quais existem um grupo maior de famílias produtoras, percebe-se que a composição da renda familiar ocorreu com base em produtos típicos de exportação para o reino como o açúcar. No entanto, o anil aparece como um forte complemento deste comércio, alcançando os mesmos patamares do açúcar em volume exportado. Infelizmente não é possível saber o peso de cada produto na composição da renda dos domicílios, entretanto o fato de se encontrar percentuais semelhantes de exportação demonstra que foi uma cultura pensada em termos comerciais. Inclusive ao lado do anil surge também o café como outro produto de destaque, gênero que também era alvo de incentivos por parte da Coroa (Pesavento, 2013, 70-71). A produção de anil teve uma média de 31,2 libras para cada família em Guaratiba e de 16,5 para cada família em Campo Grande. No caso de Jacarepaguá, como só temos uma família produzindo anil, chefiada por Francisco Gonçalves, não é possível traçar maiores comparações. Porém, fica claro que a família de Francisco apostava alto nos produtos que eram incentivados pela Coroa naquele final de século, pois conta basicamente com o grande volume de anil e café para compor sua renda.

A aposta em cultivos diferentes dos tradicionais contrariava a lógica e o costume arraigado desde o século XVI da cana de açúcar e da mandioca, principais gêneros plantados no Rio de Janeiro. No caso do arroz, o negociante Manoel Luiz Vieira tomou o mesmo papel da Fazenda Real para o anil, oferecendo incentivos como crédito e garantia da compra das safras deste cereal junto aos lavradores. Desta forma ele procurava garantir o suprimento da matéria prima para a sua fábrica de descascar arroz, que estava

em atividade no Rio de Janeiro desde meados do século XVIII (Cavalcanti, 2004, p. 86 e Pesavento, 2013, p.72-73). Exemplos como esse demonstram os incentivos que alguns gêneros tiveram no final do século setecentista. A despeito disso, a diversificação agrícola procurada no final do século ainda poderia apresentar diversos riscos para os lavradores, como ressaltou Fábio Pesavento:

Sempre é bom lembrar o custo de oportunidade que o agricultor tinha ao se aventurar numa nova cultura. O arroz era cultivado em terrenos alagados, logo tinha um custo de oportunidade baixo. Porém, outras culturas, como o café, requeriam uma área plantada maior e, portanto, um maior custo de oportunidade. Assim, migrar para uma nova cultura com lucro e mercado de venda duvidoso era sempre um risco, mas que por vezes foi recompensado, fruto de uma receita garantida pela Coroa. (Pesavento, 2013, 83).

Além do pequeno custo de oportunidade do plantio de arroz, este cereal surge como uma produção bastante dinâmica para o lavrador por outros motivos também. O principal deles era o fato de ser um gênero alimentício que poderia ser incorporado na alimentação dos seus integrantes caso não encontrasse saída para o mercado. Apesar do percentual de arroz vendido não ser muito significativo entre o grupo de lavradores de anil em Campo Grande e Guaratiba, como demonstram as tabelas 2 e 3, o seu cultivo expressava de certa forma a mesma lógica de incentivo ao anil junto dos agricultores: a construção de um mercado consumidor seguro, com preços garantidos junto ao comprador. No entanto, se o arroz demonstrava um custo de oportunidade pequeno, podendo inclusive ser incorporado na dieta familiar, o que falar do anil? Este dificilmente encontraria consumo entre os próprios membros da família do lavrador, representando um custo de oportunidade muito

maior. Levando isso em consideração, por que, então, algumas famílias continuavam a apostar no seu plantio? Essa pequena comparação com o desenvolvimento da produção do arroz é um ponto importante por demonstrar como os lavradores do período, ao escolherem os gêneros que iriam plantar, nos permitem um vislumbre de como conceberam a sua economia doméstica em relação com as oportunidades que tiveram acesso. Portanto, acredito que ao analisar as escolhas produtivas e de comércio das famílias é possível pensar e realizar conjecturas em torno das necessidades do grupo familiar camponês, especialmente se cruzarmos essas informações com outros dados.

A primeira questão a se observar é a condição dos grupos familiares em relação à propriedade da terra, informação que também pode ser extraída do mesmo mapa realizado em

**Tabela 5 – Ocupação da Terra entre os 31 produtores de anil de Campo Grande\***

Proprietárias de Terra	Partidistas de Engenho	Foreiras	Sem definição
5	3	21	3

1797. Avaliando esse aspecto, temos os seguintes quadros:

Fonte: AHU, Mapas descritivos...,1797.

\*A soma total resulta em 32 devido ao fogo de número 250 do padre Jacinto José Vi-

**Tabela 6 – Ocupação da terra entre os 38 produtores de anil de Guaratiba**

Proprietárias de Terra	Partidistas de Engenho	Foreiras	Sem definição
5	3	28	2

gário que aparece tanto como foreiro de terras quanto como proprietário de terras.

Fonte: AHU, Mapas descritivos...,1797.

A relação com a terra demonstra, de certa forma, a capacidade de cada família em dispor de maior liberdade – ou não – para escolher o que plantar, interferindo diretamente na organização da sua economia doméstica. Por exemplo, para o lavrador proprietário de terras era possível arriscar-se muito mais, ocupando seu tempo com o trabalho em plantações de semente de anil, na criação do inseto da cochonilha e na lavoura da mandioca se assim quisesse. O risco que corria ao trabalhar nesses cultivos comerciais poderia ser maior, porém não incorria sobre a sua renda nenhuma extração de fonte externa, como a obrigação do pagamento de foro pela terra, por exemplo<sup>4</sup>. Como se pode ver facilmente nas tabelas 5 e 6, a maioria das famílias que produziram índigo foram justamente as que tiveram essa obrigação do foro, constando no mapa valores em réis que elas pagavam aos senhores. Os valores a serem pagos pelas famílias variaram: em Guaratiba a média foi de 4\$547 e em Campo Grande foi de 4\$069.

Na verdade, o valor em réis do foro talvez não seja a informação mais precisa, posto que o valor pode muito bem ter variado no tempo, no entanto o que chama atenção é que, como já referido, uma das possíveis vantagens a se extrair da produção do anil era a compra imediata pela Fazenda Real ou então a facilidade da venda para os homens de negócio, o que poderia representar uma liquidez mais rápida do produto. Este ponto era de suma importância em se tratando das famílias de agricultores foreiros que necessitavam pagar o foro anual, algo que não era tão importante assim para as famílias que aparecem como proprietárias de terras ou que então viviam em terras de engenhos como lavradores de cana partidistas. No caso, em Campo Grande as 21 famílias foreiras que cultivaram anil re-

<sup>4</sup> Isso não descarta, logicamente, outras fontes de diminuição da renda do lavrador proprietário de terras, como a ação do capital usurário ao contrair dívidas para adquirir os instrumentos, animais e materiais na montagem da sua lavoura.

presentavam cerca de 32% de todas as famílias que pagavam foro naquela paróquia (21 de 64), enquanto que na freguesia de Guaratiba elas representavam 22% do total de foreiras (28 de 126 famílias). Ou seja, o quanto a opção pelo anil não era importante para essas famílias diversificarem a sua produção e terem uma maior garantia do pagamento do seu foro? Nesta lógica, eram elas que dispunham de maior fragilidade, portanto justamente as que mais se esforçavam por incrementar sua produção.

Avaliando um outro aspecto agora, vejamos a diversidade de gêneros cultivados entre as famílias. Nos mapas aparecem seis cultivos possíveis entre os lavradores: carros de cana, ramas de mandioca, quartéis de feijão, de milho, de arroz e de semente de anil. As tabelas abaixo mostram, através do número de gêneros cultivados, a diversidade agrícola de cada família pela relação

**Tabela 7 – Quantidade de gêneros plantados por cada família de lavrador segundo sua relação com a terra. Campo Grande, 1796**

Famílias	0	1	2	3	4	5	6
Proprietárias	-	-	2	-	-	2	1
Partidistas	-	-	-	1	-	2	1
Foreiras	-	-	-	4	6	10	-
Sem definição	-	1	1	-	1	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>14</b>	<b>1</b>

que cada uma delas tinha com a terra.

**Tabela 8 – Quantidade de gêneros plantados por cada família de lavrador segundo sua relação com a terra. Guaratiba, 1796**

Famílias	0	1	2	3	4	5	6
Proprietárias	-	-	-	-	2	2	1
Partidistas	-	-	-	-	1	1	1
Foreiras	-	2	5	7	11	3	-
Sem definição	-	-	-	1	-	1	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>2</b>

Fonte: AHU, Mapas descritivos...,1797.

Fonte: AHU, Mapas descritivos...,1797.

Se nas tabelas 2 e 3 vimos que o açúcar, o café e o anil eram os gêneros que comercializados formavam a renda das famílias produtoras de anil, agora com estas tabelas 7 e 8 observa-se, além de uma policultura, o esforço das famílias de lavradores em manter mais de três cultivos. A produção de três ou mais lavouras foi disseminada em quase todas as famílias que plantaram anil naquele ano, representando mais tempo e trabalho dispendido nas roças. No entanto, por trás dessa ampla disseminação, provavelmente existiam motivações diferentes. A maioria das famílias de lavradores foreiros em Campo Grande plantou de quatro a cinco cultivos, da mesma forma que as famílias proprietárias de terras da mesma paróquia. No caso das famílias proprietárias, provavelmente prestavam-se a aproveitar melhor as oportunidades de comércio que en-

contravam, mas para as famílias foreiras não se tratava somente de buscar aproveitar, mas sim de garantir alguma renda mínima para o pagamento do foro. Nota-se essa preocupação quando se observa o plantio do arroz em conjunto do anil, ambos com um mercado de liquidez certa. Em Campo Grande, dentre as 11 famílias que cultivaram arroz com anil, 7 eram famílias que pagavam foro. Em Guaratiba temos algo similar: das 7 famílias que plantaram arroz com anil, temos 4 famílias foreiras. Suas opções remetem para a ideia de diminuição dos riscos, especialmente do risco de mercado.

Por fim, vejamos a capacidade de trabalho que cada família dispunha segundo o seu quantitativo de

**Tabela 7 – Estrutura da posse de escravos das famílias produtoras de anil Campo Grande Guaratiba**

Número de Escravos	Número de Famílias	% das famílias sobre o total
Sem escravos	5	16,13%
1	9	29,03%
2	4	12,09%
3	2	6,45%
4	1	3,23%
5	1	3,23%
6 – 10	5	16,13%
11 – 15	1	3,23%
+ 15	3	9,68%
<b>Total</b>	<b>31 famílias</b>	<b>100%</b>

Número de Escravos	Número de Famílias	% das famílias sobre o total
Sem escravos	1	2,63%
1	6	15,79%
2	8	21,05%
3	4	10,53%
4	3	7,89%
5	3	7,89%
6 – 10	8	21,05%
11 – 15	3	7,89%
+ 15	2	5,26%
<b>Total</b>	<b>38 famílias</b>	<b>100%</b>

pessoas escravizadas:

*Fonte: AHU, Mapas descritivos...,1797.*

Levando em consideração os dados, percebe-se inicialmente uma grande diversidade de senhores de escravos que apostavam no plantio do anil. Porém, na paróquia de Campo Grande, se contadas as famílias que dispunham de zero a dois cativos, elas compunham quase que 60% de todas elas. Em Guaratiba o quadro foi mais equilibrado, com cerca de 40% de famílias nesta mesma situação (de 0 a 2 cativos) e cerca de 34% de famílias com grandes quantidades de homens e mulheres escravizados (com 6 ou mais deles). Há que se reforçar ainda que

estas famílias, como já foi demonstrado ao observar o número de gêneros produzidos, não se restringiam ao anil e se dedicavam a variadas produções agrícolas. Logo, a ausência ou a baixa presença de cativos que pudessem auxiliar na lavoura provavelmente aponta para uma forte presença do trabalho familiar e de agregados no campo. Apesar de inicialmente cogitar como mais lógico a presença do lavrador mais opulento – nesse caso, com maior posse de força de trabalho na forma de escravos que facilitasse a diversificação da produção – o incentivo à produção de anil parece ter atraído um número bastante significativo de famílias pobres nestas duas paróquias. Esse ponto

encontra uma das suas explicações na busca dessas famílias pobres por uma renda mínima para arcar com os custos do foro pela terra, posto que a maioria delas se encontrava nessa situação.

A questão do foro que venho ressaltando adquiria grande relevância naquelas paróquias, posto que a ocupação de terras nas freguesias dominadas pela produção do açúcar reforçava a posição mais frágil a qual estavam suscetíveis as famílias foreiras. Em finais do século XVIII a percepção de uma fronteira aberta em algumas paróquias rurais fluminenses não era mais um consenso. Desde os relatórios de 1779 enviados ao marquês de Lavradio, assim

como no relatório escrito por Sebastião Guerreiro em 1797, que a presença de terras desobrigadas no distrito de Guaratiba só existia nos limites dos engenhos e era bem entendida como uma reserva de sertões para as madeiras necessárias ao fabrico do açúcar (IEB, AL-022-002). Dificilmente permaneceria na paróquia alguma família ocupando terras propícias ao cultivo sem ser proprietária ou estar ligada a algum engenho como lavrador de cana, ou então como foreira. Portanto, as consequências de não pagar um foro poderiam ser realmente desastrosas para algumas famílias de lavradores que não desejavam se deslocar para as fronteiras da plantation, e por isso o investimento na diversificação produtiva representada pelo anil pode ter participado mais fortemente do cálculo de sobrevivência dentro da sua economia doméstica.

### Considerações finais

Por mais interessantes que os dados dos mapas do distrito de Guaratiba sejam para se conhecer a população rural e sua produção, somente com eles é impossível tecer conclusões com maior profundidade para o universo rural e para os produtores de anil, para isso seria necessário dispor de outros mapas para anos diversos, de forma a acompanhar o desenvolvimento produtivo das famílias e inclusive perceber as possíveis inconsistências e problemas que os dados do mapa podem fornecer. No entanto, retirados somente as informações das instruções e documentos dos vice-reis e alguns dados da produção dos lavradores, tais como a sua relação com a terra e da força de trabalho que cada família dispunha, percebe-se um cenário onde a política de incentivo da Coroa teve alguma relevância para alguns segmentos do meio rural do Rio de Janeiro.

Mesmo que em finais do século XVIII a presença de produtores de anil não fosse expressamente majoritária em algumas paróquias, a sua

sobrevivência no final do século demonstrava que o seu cultivo guardava, para determinados segmentos específicos do campo, alguma relevância. As famílias de lavradores que pagavam foro pela terra possivelmente viam no anil uma forma de alcançar uma liquidez rápida através da Fazenda Real. A falta da Coroa em cumprir com seus compromissos de garantir a compra imediata do anil provavelmente influenciou bastante na diminuição do interesse dos lavradores, porém a permanência de uma maioria de produtores do corante que pagavam foro no final do século XVIII pode demonstrar que ainda existia por parte deste segmento uma esperança na continuidade desta política ou até mesmo um estreitamento de laços com os negociantes da praça do Rio de Janeiro, que continuaram como importantes compradores deste gênero junto aos lavradores, como aponta Pesavento (2005b, p. 38).

Tratando ainda das famílias de pequenos lavradores, parece que uma parte da historiografia atribuiu às questões estruturais de produção precária do anil, a exemplo do seu baixo nível técnico, como causa da fragilidade ou mesmo derrota das iniciativas fomentistas da Coroa<sup>5</sup>. Apesar de indiscutível em certos pontos, cabe lembrar que essa perspectiva pode fazer com que se aceitem ideias de “camponeses desinteressados” das missivas e documentos régios de forma acrítica. O que foi demonstrado até aqui para algumas paróquias do Rio de Janeiro é que muitos dos que produziam o anil eram os que menos dispunham de força de trabalho cativa, e que não pensaram na produção do corante necessariamente segundo os interesses da Coroa, mas sim de acordo com os problemas que envolviam a sua economia doméstica. Para aquelas famílias de lavradores de cana, em terras vinculadas aos engenhos obrigadas a alimentá-lo com canas, no que poderia interessar a produção do

<sup>5</sup> Quanto ao caso do anil especificamente ver Wehling (1977), quanto a questão estrutural mais ampla do Brasil colonial no contexto do século XIX ver Novais (1984) e Alden (2004).

anil? Ou então das poucas famílias de lavradores proprietárias de terras, o que ganhariam com o anil? Talvez pouca coisa, por isso a baixa presença específica destes agricultores entre os produtores do corante em finais do século XVIII. Somente os foreiros, com problemas e obrigações específicas de foro, é que podem ter se interessado a continuar a plantar e produzir o corante.

Teríamos então um choque entre o pensamento ilustrado que defendia a diversificação agrária com o modelo clássico de economia camponesa proposto por Alexander Chayanov? Na verdade, somente com mais estudos é possível desenvolver tal ponto, mas que acredito que não deixa de ser instigante para pensar os lavradores da América portuguesa dentro dos esquemas econômicos propostos e pensados pelos homens da ilustração luso-brasileira. Ou seja, aliada às perspectivas de incentivo da produção e do comércio que a Coroa implementava em finais do período colonial em vista de aumentar os dízimos e impostos recolhidos na Alfândega, havia também uma outra lógica a moldar e subjugar a produção, essa lógica era a da economia doméstica dos lavradores. De certa forma o sucesso que o anil e o arroz adquiriram na segunda metade do século XVIII se deveu ao entendimento que alguns homens, como o vice-rei marquês de Lavradio, tiveram em compreender as incertezas e mazelas que se abatiam sobre a agricultura dos lavradores mais simples. Ao estabelecer valores de compra garantidos e depois incentivar este mercado na praça comercial do Rio de Janeiro, os vice-reis eliminaram ou pelo menos diminuíram bastante os riscos de produção do corante para os lavradores. Quer isto dizer que se por um tempo o anil consistiu em um relevante item de exportação isso se deve a algo mais do que simplesmente um mercado consumidor externo propício a consumir o anil brasileiro, mas também à capacidade das autoridades régias em tornar

aquele produto relevante para a economia doméstica dos lavradores mais simples da colônia.

## Documentação

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. Mapas descritivos da população das freguesias de Campo Grande, Jacarepaguá, Guaratiba, Marapicú, Jacutinga, Aguaçú e Taguaí do distrito de Guaratiba, capitania do Rio de Janeiro, feitos por ordem do vice-rei do Estado do Brasil, conde de Resende [1797]. Rio de Janeiro, Caixa 165, Doc. 62. AHU\_ACL\_CU\_017, Cx 163, D. 12203. 1797

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. Regimento que levou Tomé de Sousa, governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548. Códice 112.

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Fundo dos Vice-Reis, caixa 500, pacote 1, 1798.

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Seção de Manuscritos. 5, 3, 2.

IEB – Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Fundo Alberto Lamego. Relato descrevendo o distrito de Guaratiba, de autoria de Sebastião José Guerreiro da França, assinalando as divisas do distrito com os de Irajá, São João Marcos e Ilha Grande. 1797. AL-022-002.

PORTUGAL, Luís de Almeida (Marquês de Lavradio). Relatório do Vice-Rei Marquês de Lavradio [1779]. Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Nº 16, Janeiro de 1843.

SOUSA, Luís de Vasconcelos. Relatório do Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa [1789]. Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Ethnographico do Brasil. Vol. XXIII, 2º Trimestre de 1860.

SERRA, José Corrêa. Discurso preliminar [1789]. In: Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

## Bibliografia

ALDEN, Dauril. O Período Final do Brasil Colônia: 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: América Latina Colonial, vol. II. São Paulo: EDUSP; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

BEZERRA, Nielson Rosa. Escravidão, tráfico e farinha: a viagem redonda entre o Rio de Janeiro e a Baía de Biafra. In: SOARES, Mariza de Carvalho; BEZERRA, Nielson Rosa (Org.). Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara (séculos XVII-XIX). Niterói: Editora da UFF, 2011.

CARDOSO, José Luís & CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e política colonial no império Luso-Brasileiro (1750-1808). Tempo. Revista Digital de História do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, n. 31, 2011.

CAVALCANTI, Nireu. O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CHAYANOV, Alexander V. On the theory of non-capitalist economic systems. In: CHAYANOV, Alexander V. The theory of peasant economy. Homewood (Illinois): The American Economic Association-Richard Erwin, 1966.

CHAYANOV, Alexander V. Peasant Farm Organization. Homewood (Illinois): The American Economic Association-Richard Erwin, 1925.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metropole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2009.

FERLINI, Vera. Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolonial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.) O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.) O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

FRAGOSO, João. A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.) O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LIPTON, Michael. The Theory of Optimising Peasant. *The Journal of Development Studies*, Vol. 4, Issue 3, 1968.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808. São Paulo: Hucitec, 1983.

NOVAIS, Fernando A. O Reformismo Ilustrado Luso-Brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, n. 7, 1984.

PAQUETTE, Gabriel (ed.) *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c. 1750 – 1830*. Farham: Ashgate Publishing, 2009.

PESAVENTO, Fábio. O azul fluminense: um estudo sobre o comércio do anil no Rio de Janeiro colonial. *Econômica*. Vol. 7, n. 1, 2005a.

PESAVENTO, Fábio. O Azul Fluminense: o anil no Rio de Janeiro colonial, 1749-1818. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Economia da UFF, Niterói, 2005b.

PESAVENTO, Fábio. Um Pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do setecentos. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil Colonial, 1720 – 1821*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. O Nordeste açucareiro no Brasil colonial. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil Colonial, 1580 – 1720*. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

WEHLING, Arno. O Fomentismo Português no Final do Século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 316, 1977.